



**FRONTEIRAS DO CONHECIMENTO e inovação nas Ciências Humanas**

**FRONTIERS OF KNOWLEDGE and innovation in the Humanities**

**FRONTERAS DEL CONOCIMIENTO y la innovación en las  
Humanidades**

**Alzira Lobo de Arruda Campos<sup>1</sup>, Álvaro Cardoso Gomes<sup>2</sup> & Manoel  
Guaranha<sup>3</sup>**

**Resumo:** Dos centros decisórios atuais proveio a palavra de ordem "inovação", entendida como aperfeiçoamentos da cibercultura digital restrita a seu polo técnico, assim como a utopia da "sociedade do lazer", com o "ócio produtivo", como seu corolário. Os países periféricos submetem-se ao imperialismo atual, que substituiu a bandeira de civilizar e cristianizar os povos "selvagens" por uma utópica "democracia digital". Sob a primeira bandeira, os burgueses conquistadores dos séculos XV ao XVII conquistaram e colonizaram continentes inteiros, em benefício exclusivo da Europa. Sob a segunda, a humanidade é colonizada pelos centros nos quais bate o coração do capitalismo contemporâneo, transformando-se em consumidora compulsiva de novidades tecnológicas, vistas como garantidoras de prosperidade material e espiritual globais. A impossibilidade de países "em desenvolvimento" conseguirem alcançar a sociedade utópica repousa

---

<sup>1</sup> Alzira Lobo de Arruda Campos é Mestra e Doutora em História Social (FFLCH/USP); Livre-docente em Metodologia da História (FHDSS/UNESP); docente do Mestrado em Ciências Humanas da Universidade Santo Amaro (UNISA). ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-7264-9368>. Email: [loboarruda@hotmail.com](mailto:loboarruda@hotmail.com).

<sup>2</sup> Álvaro Cardoso Gomes é Doutor, Livre-docente e Titular em Literatura Portuguesa (USP). ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-8672-527X>. Email: [acgomes@uol.com.br](mailto:acgomes@uol.com.br).

<sup>3</sup> Manoel Guaranha é Mestre e Doutor (FFLCH/USP); Professor Titular do Mestrado em Ciências Humanas da UNISA. Professor da FATEC – Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-8676-601X>. Email: [manoel.guaranha@gmail.com](mailto:manoel.guaranha@gmail.com).

no fato constatado, desde a década de 1980, que sem as competências técnicas requeridas pelo capitalismo o homem perdeu o seu valor de mercado.

**Palavras-chave:** fronteiras do conhecimento; inovação; desigualdade.

**Abstract:** From the current decision-making centers came the word "innovation", understood as improvements of digital cyberculture restricted to its technical pole, as well as the utopia of the "leisure society" with "productive leisure" as its corollary. The peripheral countries submit to present-day imperialism, which replaced the banner of civilizing and Christianizing the "savage" peoples with a utopian "digital democracy." Under the first flag, the bourgeois conquerors of the fifteenth and seventeenth centuries conquered and colonized whole continents, for the exclusive benefit of Europe. Under the second one, humanity is colonized by the centers in which it beats the heart of contemporary capitalism, becoming a compulsive consumer of technological novelties, seen as guarantors of global material and spiritual prosperity. The inability of developing countries to achieve the utopian society lies on the fact that since the 1980s, without the technical skills required by capitalism, man has lost his market value.

**Keywords:** frontiers of knowledge; innovation; inequality.

32

**Resumen:** De los actuales centros de toma de decisiones surgió el eslogan "innovación", entendido como mejoras de la cibercultura digital restringidas a su polo técnico, así como a la utopía de la "sociedad del ocio", con la "inactividad productiva" como su corolario. Los países periféricos se someten al imperialismo actual, que ha reemplazado la bandera de civilizar y cristianizar a los pueblos "salvajes" con una "democracia digital" utópica. Bajo el primer estandarte, la burguesía conquistadora de los siglos XV al XVII conquistó y colonizó continentes enteros en beneficio exclusivo de Europa. Bajo el segundo, la humanidad es colonizada por los centros en los que late el corazón del capitalismo contemporáneo, convirtiéndose en un consumidor compulsivo de novedades tecnológicas, vistas como garantes de la prosperidad material y espiritual global. La imposibilidad de los países "en desarrollo" de lograr la sociedad utópica se basa en el hecho de que, desde la década de 1980, sin las habilidades técnicas requeridas por el capitalismo, el hombre ha perdido su valor de mercado.

**Palabras clave:** fronteras del conocimiento; innovación; desigualdad.

## INTRODUÇÃO

No cenário globalizado e mundializado do mundo contemporâneo, marcado pela chamada IV Revolução Industrial, estruturada por meio da comunicação digital, convém submeter a um escrutínio mais cuidadoso o conceito de uma sociedade do lazer, apresentado não como uma utopia, mas como o finalismo incontestável da marcha da civilização para o progresso material, indicando as conquistas espirituais como corolários necessários. Visão atraente, pela qual a exploração do homem pelo homem cessaria ou se desenvolveria em limites condizentes com a dignidade humana. O trabalho, por fim e como mercê do desenvolvimento do capitalismo financeiro e comunicacional, perderia o caráter de sofrimento, nele impresso até etimologicamente. Poderíamos todos, dessa forma, ao Sul ou ao Norte do Equador, dedicarmo-nos ao "ócio produtivo" de uma sociedade do lazer. Ao ócio já usufruído pelos cidadãos atenienses, do V Século, graças à existência de escravos, é óbvio. O empréstimo de uma expressão aplicada a uma sociedade de eupátridas impressiona pelo anacronismo, mas surpreende ainda mais pela contradição que apresenta com o mundo atual, como o conhecemos, com suas desigualdades abissais entre povos ricos e pobres, entre indivíduos ricos e miseráveis. O conceito de alienação proposto por Marx exacerbou-se: não só o homem perdeu o controle sobre o produto de seu trabalho, como ele próprio se tornou nocivo aos lucros, reconfigurando a utopia do lazer na distopia do não trabalho. O capitalismo atual lucraria se um terço da humanidade desaparecesse. As explicações mais coerentes que têm surgido na grande área das ciências humanas cuidam dessa questão à luz da emergência do proletariado, como consequência direta da primeira revolução demográfica da história, registrada no século XVIII, verificando a inserção das classes subalternas no sistema capitalista e o seu protagonismo nas revoluções dos séculos seguintes. O modelo analítico assim surgido vem apontando para os problemas que o desenvolvimento do capitalismo, como forma hegemônica de produção, trouxe à humanidade, destacando o abismo que se abriu entre países ricos e pobres, empresários e trabalhadores, desenvolvimento econômico e destruição da natureza. Novos modelos interpretativos surgem, revelando a exaustão dos modelos tradicionais, derruídos por dúvidas demolidoras de velhas certezas.

### **TEMPO PRESENTE E INOVAÇÕES: o breve século XXI**

A explicação do mundo atual coloca problemas complexos, na medida em que se revela em termos sempre obscuros, solicitando luzes múltiplas de disciplinas

variadas: história, geografia, demografia, economia, antropologia, psicologia, filosofia, além das ciências biológicas, físico-naturais e exatas. A chave, entretanto, permanece no campo da história, uma vez que os dias em que vivemos explicam-se, em parte, pelos dias que imediatamente os precederam, pondo em discussão o século dramático em que viveu o mundo após o início da Primeira Guerra Mundial, em agosto de 1914. Esses acontecimentos subverteram e dramatizaram em limites até então inimagináveis o século XX e se prolongaram em nossa vida por inumeráveis consequências, uma vez que a atualidade se nutre de séculos passados, prolongando experiências muito mais distantes daquelas que imediatamente a antecederam. A esse respeito, vale lembrar que todos nós temos a tendência espontânea de considerarmos o mundo que nos rodeia na duração única de nossa breve existência e de ver a história como um filme rápido no qual tudo se mistura ou se sucede: guerras, crises políticas, jornadas revolucionárias, revoluções, crises econômicas, modas intelectuais, artísticas, relações sociais ou de poder. Entretanto, podemos constatar que a vida dos homens implica muitas outras realidades que não podem ser incluídas nesse filme de acontecimentos: o espaço no qual vivem, as formas sociais que os aprisionam e decidem sobre a sua existência, as regras éticas, conscientes ou inconscientes, às quais eles obedecem, suas crenças religiosas e filosóficas, a civilização que lhes é própria. Essas realidades têm uma vida muito mais longa do que a nossa e nós não somos capazes, no curso de nossas existências, de acompanhar por inteiro a sua transformação. De modo comparativo, observamos que o mundo físico que nos rodeia – montanhas, rios, glaciares, praias – deforma-se seguramente, mas em uma evolução tão lenta que ninguém é capaz de perceber esse processo com seus próprios olhos, sem referências a um passado longínquo e sem o auxílio de estudos e de medidas científicas que ultrapassem os limites de nossa única observação. A vida das nações, das civilizações, os comportamentos psíquicos ou religiosos que têm uma imutabilidade aparentemente menor, não se altera no decorrer de gerações e gerações, demonstrando a importância de forças profundas que se incorporam à nossa vida e modelam o mundo (BAILLE et. al., [s.d.], pp. 3-4). A aceleração da globalização, a partir de 1960, provocou consequências políticas e culturais profundas ao assumir a forma de um mercado global hegemônico e sem controles. Em primeiro lugar, acentuou dramaticamente as desigualdades entre os homens e as nações, criando importantes tensões sociais e políticas, diante da impossibilidade prática de vastas populações, em especial no mundo subdesenvolvido, de aceder aos benefícios prometidos pelo capitalismo atual. A tecnologia tem um enorme poder na contemporaneidade, provocando uma

revolução constante na economia e na política, em escala global, pois o imperialismo contemporâneo apoia-se necessariamente em seu domínio sobre a tecnologia. Entretanto, é preciso que esse imperialismo seja analisado à luz das revoluções que deram forma ao mundo em que vivemos. Não vamos falar, neste momento, da sequência das revoluções que arrancaram do poder os governantes de direito divino, substituindo a expressão "em nome de Deus" por aquela que subsiste na imensa maioria das nações atuais: "em nome do povo". Da Revolução Americana de 1776, à Francesa de 1789 e à de Outubro de 1917, os proletários passaram a ocupar a boca de cena do xadrez geopolítico internacional, lutando por conquistas na esfera de produção e na organização da sociedade em geral. A bandeira da igualdade, liberdade e fraternidade espalhou-se pelo mundo todo, tingindo, de modo desigual, a totalidade dos países. Na linha seguida por esta reflexão, urge tratar de uma revolução que se apresenta, inexorável, como um obstáculo à utopia construída pelo Primeiro Mundo (ao que parece, o Único Mundo). Trata-se da Revolução Demográfica que ocorreu, pela primeira vez na história, no século XVIII, dobrando ou triplicando a população europeia, fato que inquietou as autoridades e estimulou os cientistas a encontrar respostas a como alimentar, vestir e aproveitar esse *superavit* humano, nos quadros nacionais ou imperiais estabelecidos. A modificação profunda na estrutura da população europeia provocou os primeiros estudos de demografia, mas durante muito tempo ainda se ignorou qual era o sentido e a amplitude desse fenômeno. Foi preciso aguardar o *Ensaio sobre a lei da população*, do inglês Malthus, no fim do século, para que houvesse o reconhecimento geral de que a população havia aumentado. Malthus, amedrontado com as consequências desse aumento, aconselhava a restrição voluntária dos nascimentos. Com efeito, a população da Europa havia permanecido estável por séculos: do século XIII ao início do XVIII ela pouco variou quantitativamente. Não pelo fato de se ter conservado imóvel, pois ela conheceu uma série de catástrofes demográficas: guerras, fomes e, sobretudo, epidemias, que cavaram verdadeiros abismos na curva da população. Mas os buracos eram depressa cobertos por uma natalidade extremamente vigorosa, mas que não chegava a elevar o número de homens além de certo nível, uma vez que a mortalidade era também muito elevada por causa das condições de vida e dos recursos limitados de que se dispunha. A população estava de alguma forma constringida pela natureza. A barreira que parecia infranqueável foi transposta no século XVIII. As explicações sobre o aumento populacional variaram: o progresso da medicina, o aumento de nascimentos, a diminuição da mortalidade pelas guerras menos longas, menos

frequentes e menos devastadoras. A explicação mais plausível ligou-se à diminuição da mortalidade causada pela melhoria da nutrição. Durante longo tempo, uma parte importante da população europeia tinha sido subalimentada, oferecendo uma resistência mínima às doenças. Depois do século XVI, a alimentação da população da Europa pouco a pouco se transformou, como consequência da descoberta da América, que permitiu a introdução de plantas novas. O milho teve uma importância considerável na melhoria da dieta alimentar, porque o rendimento dessa planta é muito superior à do trigo, pois além de ser consumida diretamente, na forma de pães ou sopas, permite um consumo indireto, por servir para engordar animais, especialmente as aves. A batata, impropriamente chamada de inglesa, também procedeu da América e seguiu o mesmo caminho do milho: da Espanha passou para a Itália, Alemanha, Inglaterra e França. Milho e batata são as razões mais profundas de o século XVIII não ter conhecido as fomes generalizadas dos séculos anteriores. A revolução demográfica teve profundas repercussões sobre a estrutura social e política da Europa, tornando a população mais jovem e mais dinâmica. É preciso ressaltar que o recuo da mortalidade se manifestou não nas classes que comiam à vontade, a nobreza e a burguesia, mas nas classes populares – artesãos e camponeses. Foram, assim, as classes mais desvalidadas que conheceram uma sobrecarga de indivíduos, passando a viver mais, porém em condições sempre insatisfatórias (GODECHOT, 1958, pp. 282-289).

36

As inovações dos saberes consequentes ao aumento vertiginoso da população acima esboçado produziram as análises que conhecemos, mas que nos interessam, especialmente, pelo temor que o aumento demográfico ocorrido nas camadas mais pobres da população produziu nos donos do poder daquele momento histórico. Foi justamente a revolução demográfica que provocou a industrial e as demais que a sucederam. Essa revolução continua em andamento: hoje somos sete bilhões e trezentos milhões de habitantes. As grandes conquistas proletárias dos três últimos séculos sobreviverão a uma época em que o homem perdeu o seu valor de mercado? É a pergunta que os modelos analíticos tradicionais procuram responder, demonstrando uma relativa exaustão para incluir no seu *corpus* teórico as novas racionalidades impostas pelas inovações surgidas na esfera de produção e nas relações sociais do mundo globalizado. Inovações, evidentemente, que extrapolam muitíssimo o campo tecnológico. O extraordinário desenvolvimento das Ciências no século XIX, atrelado à 2.<sup>a</sup> Revolução Industrial, levou a uma supervalorização das teorias positivistas de Comte, do determinismo de Taine, da antropologia criminal de Lombroso, entre outros. Histórica e culturalmente, verifica-se uma

submissão das Artes a princípios científicos, o que concorre para o surgimento dos “romances de tese”, híbridos de ensaio e ficção, como acontece exemplarmente em autores como Émile Zola (*Thérèse Raquin*) e Aluísio Azevedo (*O Cortiço*). Nesse viés, a ciência da época foi ideologicamente manipulada para fornecer suportes racionais a teorias discriminatórias de determinadas categorias sociais, como nos casos de judeus, negros, índios, homossexuais, criminosos, leprosos ou loucos. E, obviamente, os pobres, personagens necessárias ao arcabouço ideológico das discriminações em pauta, no passado e no presente.

### **FRONTEIRAS, DIVERSIDADES E PLURALISMO CULTURAL nas Ciências Humanas**

As explicações mais coerentes que têm surgido na grande área das ciências humanas cuidam da questão acima à luz da emergência do proletariado, como consequência direta da primeira revolução demográfica da história, verificando a inserção das classes subalternas no sistema capitalista e o seu protagonismo nas revoluções dos séculos seguintes. O modelo analítico assim surgido vem apontando para os problemas que o desenvolvimento do capitalismo, como forma hegemônica de produção, trouxe à humanidade, destacando o abismo que se abriu entre países ricos e pobres, capitalistas e trabalhadores, desenvolvimento econômico e destruição da natureza. Novos modelos interpretativos surgem, revelando a exaustão dos modelos tradicionais, derruídos por dúvidas demolidoras de velhas certezas. O campo que se abre a essas inquietações é tributário da bioeconomia, etnometodologia e micro-história, e concede ênfase ao "retorno da narrativa", estudada à luz da diversidade e da desigualdade. Traçam-se novos itinerários, baseados em "jogos de escalas", que destacam as fronteiras como palcos de conflitos constantes, mas também como áreas em que os processos culturais adquirem o máximo dinamismo.

Para alguns, a trans/interdisciplinaridade talvez aparente ser uma novidade fútil e até comprometedora da seriedade das ciências, baseadas, por princípio, em rigorosa metodologia especializada, que deve precisar as fronteiras entre as chamadas disciplinas. Essa ideia está na raiz da organização do conhecimento em “campos de caça” exclusivos de tribos acadêmicas específicas, que se organizaram nos departamentos da universidade do século XIX. Nesse sentido, o poder acadêmico exercido pelos departamentos foi o responsável pelo estabelecimento de limites infranqueáveis entre os diversos campos do poder e não, como seria

desejável, um procedimento oriundo da lógica científica. Nas estratégias fortemente competitivas por verbas e por prestígio, a especialização exorbitante do conhecimento assumiu tonalidades corporativistas, incentivando o espírito de *corpus* e até o protagonismo individual entre cientistas. Configurou-se, dessa forma, um campo fértil para a implementação de políticas autoritárias, que procuram coibir o levantamento de questões não alinhadas ao pensamento anticientífico e autoritário dos ocupantes momentâneos do governo da nação brasileira, dificultando e mesmo impedindo a proposição de soluções ligadas ao “pensar complexo” – necessariamente democrático e pluralista.

Vale relembrar que, em tempos anteriores à compartimentação do saber, os pensadores gregos, helenísticos, romanos e medievais eram filósofos, matemáticos, médicos, políticos, professores, poetas, dramaturgos, arquitetos, urbanistas e até teólogos, que produziam suas obras sem a menor preocupação em indicar a que área pertenciam. Assim é que refletiram sobre os grandes problemas que o homem viveu no passado e continua a viver em nossos dias, relacionados a indagações sobre o que somos, porque estamos aqui, o que são os astros, a Terra, a água, o fogo, as plantas, os animais, as doenças; enfim, como se organiza o ambiente e quais são as nossas circunstâncias existenciais. Dessa forma, formularam-se as primeiras teorias sobre fenômenos físicos, biológicos, geográficos e as suas manifestações no cotidiano da humanidade, como a natureza das relações sociais e das estruturas de poder, e o lugar que cada um ocupa na ordem social. A pesquisa e a criatividade – ou a inovação – concentravam-se no esforço em descobrir as formas mais eficientes de convivência e controle social, nas criações artísticas e filosóficas, que refletiam visões do mundo e o lugar do homem na grande ordem das coisas. Ao se conduzir por caminhos que escolheram, sem preocupações com fronteiras disciplinares, os cientistas do passado legaram à posteridade algumas das normas fundamentais para o exercício do pensamento lógico, metafísico e ético, que perduram ainda hoje. Nossos modelos de organização política e a ciência contemporânea são tributários de ideias herdadas de filósofos, matemáticos, historiadores, geógrafos, astrônomos, biólogos, físicos, alquimistas, que inovaram a ciência, em seu tempo.

Uma reflexão desse tipo parece ser indicada para que conheçamos o breve século XX, visto por Hobsbawm como “era dos extremos” (HOBSBAWM, 1995). Extremos que, de alguma forma, figuram no título de novo livro desse mesmo autor – *Globalização, democracia e terrorismo* –, obra que traz cinco conjuntos de questões a requerer respostas claras e bem informadas: “a questão genérica da guerra e da paz no século XXI, o passado e o futuro dos impérios globais, a natureza

e o contexto cambiante do nacionalismo, o futuro da democracia liberal e a questão da violência política e do terror" (HOBSBAWM, 2007, p. 10). Esses problemas transcorrem em um cenário mundial dominado pela aceleração contínua e crescente da espécie humana de explorar o planeta por intermédio da tecnologia aplicada à economia e à globalização, conceito este referente a "um conjunto único de atividades interconectadas que não são estorvadas pelas fronteiras locais" (HOBSBAWM, 2007, p. 10).

Globalização e mundialização, referindo-se, respectivamente, à homogeneidade das estruturas espirituais e materiais da humanidade, constituem conceitos recorrentes nos modelos analíticos atuais, mas ambos os termos devem ser submetidos a uma reflexão profunda sobre os significados que assumem abaixo ou acima do Equador. É o exercício que faz Gruzinski ao pensar sobre a mundialização "a partir de uma terra que não seria nem a Europa nem os Estados Unidos, uma periferia que se tem ainda como um inesgotável reservatório de exotismos e de primitivismos" (GRUZINSKI, 2014, p. 22). A respeito dos laços entre a mundialização e o amálgama generalizado dos homens e das sociedades sobre o planeta e do local em que se deteriam as mestiçagens, Gruzinski, incitado pelo espetáculo que assistia de centenas de milhares de homens e mulheres acompanhando a grande liturgia do *Círio da Virgem de Nazaré*, mostra a impossibilidade de fazer com que entrassem na mundialização as multidões de "caboclos desdentados", como se houvesse várias maneiras de nela se entrar, porque, em toda a parte do planeta, misturas se chocam contra barreiras e contra modelos de vida originários do Ocidente. As "relações ambíguas da mundialização e das mestiçagens" não se referem apenas ao presente, mas repousam nas estruturas gigantescas e enigmáticas de uma história que se define, há muito tempo, como planetária (GRUZINSKI, 2014, p. 22).

Com efeito, nos períodos históricos mais diversos, a ideia da mundialização estava prescrita na história dos impérios como o poder de nações sobre outras. O Império Romano chamava o Mediterrâneo de *Mare Nostrum* e tinha o objetivo de dominar a terra então conhecida. Sonho retomado por Alexandre da Macedônia, ao levar a civilização helenística para os quatro cantos do mundo. Quando da expansão geográfica dos séculos XV ao XVII, os três continentes então conhecidos foram acrescidos de mais dois, que se transformaram em Europas de além-mar, descobertos, conquistados e colonizados por Portugal e Espanha, as potências terrestres, e Inglaterra e Holanda, as marítimas. O pluralismo precioso dos povos não europeus foi violentamente subjugado e uma identidade homogênea, cristã e

européia, colocou-se como a única porta possível para os milhões de seres que habitavam o continente americano, utilizados como escravos ou servos pelos colonizadores, ou, na melhor das hipóteses, como súditos de segunda classe. A África, por sua vez, como consequência do expansionismo capitalista moderno, adicionou mais um “ouro”, o homem negro, aos dois que já fornecia desde a Antiguidade (o branco – o marfim –, e o amarelo – o ouro propriamente dito). Na categoria de “ouro negro”, milhões de africanos foram traficados, vitimados pelo negócio mais rendoso da modernidade, até que a Revolução Industrial de meados do século XVIII (diga-se de passagem, financiada pelo ouro e diamantes do Brasil), tornasse a mão de obra escrava obsoleta, substituindo-a pelos trabalhadores assalariados. Embora sujeita às constrictões do tempo e do espaço, trata-se do mesmo conceito de mundialização, submetido *mutatis mutandis* à mesma ideologia do lucro, que se baseia, hoje, na tecnologia de ponta. Portanto, a mundialização conheceu precedentes em épocas e regiões que se tem demasiada tendência a ignorar, como Gruzinski verificou nas avenidas de Belém do Pará, concluindo que esse conceito deveria ser abordado a partir de algumas ideias simples, a começar por procurar analisá-lo a partir do México, do Brasil, das costas da Índia ou da África. A descentralização do olhar é proposta, a fim de vencer “as armadilhas do etnocentrismo”. Por fim, seria essencial interrogar os atores desse fenômeno global, recolocando no mesmo cenário, “regiões, seres, visões e imaginários que o tempo separou”, vindo, resumidamente, a “mostrar que a história permanece uma maravilhosa caixa de ferramentas para compreender o que está em jogo, há vários séculos, entre ocidentalização, mestiçagem e mundialização” (GRUZINSKI, 2014, p. 23).

A caixa de ferramentas à qual se refere Gruzinski dificilmente poderia ser reduzida a inovações tecnológicas que se aplicassem em escala global a todos os seres e coisas do universo. É preciso fazer um esforço analítico para que se pense sobre o que está em jogo nesses conceitos de amplidão planetária para os moradores das periferias do capitalismo mundial, em sua imensa diversidade etnocultural, e na resistência que oferecem para assumir a identidade única proposta pela tecnologia global.

Na medida em que as sociedades se organizam, os homens se interessam em construir linhas divisórias, demarcando territórios e possessões, cujas fronteiras operam como mecanismos de autodefinição e autolimitação, favorecendo atores individuais, mas restringindo o seu significado. Desse prisma, é preciso observar que as fronteiras fechadas bloqueiam toda evolução e produzem processos de

involução destinados ao esgotamento. Não obstante, as fronteiras são inevitáveis e necessárias, pois exercem a tarefa de preservação identitária e de valores culturais, significando uma superfície de fricção, que mantém vigente a consciência coletiva. A diversidade cria fronteiras, tanto como as fronteiras são fontes de diversidade. As fronteiras, assim como as sociedades, não são estáticas: elas se reformulam e mudam constantemente. A fronteira, em todas as discussões encetadas sobre a natureza unilinear ou pluralista das disciplinas, surge como conceito chave ao definir zonas de controle, no mundo e na academia. Nos dias atuais, até mesmo as ditas ciências exatas, as biológicas ou as físico-naturais apresentam as suas fronteiras em fermentação, como consequência direta ou indireta do aprofundamento dos problemas que atingem o homem contemporâneo (e os outros animais, plantas e paisagem físico-geográfica). As fronteiras reapresentam o conceito do "entre lugar" que há mais de 40 anos tem servido como ferramenta de trabalho reativada pela noção de diferença, a revelar a singularidade dos latino-americanos, rejeitada pela escola autocrática das metrópoles – reais ou presumidas. Trata-se de um "espaço entre" no qual os modelos tradicionais são postos em questão pela presença altissonante dos grupos situados nos porões sociais, explicados por núcleos tradicionais de poder, presentes nas universidades e na sociedade inclusiva. O homem brasileiro passou a ser analisado em termos latino-americanos. O espaço ideológico, físico, humano e intelectual, decorrente desse novo “entre lugar”, tem sido ocupado por afros e indígenas, que já dispõem de universidades próprias, de grupos de trabalho e de políticas públicas específicos, trazendo inovações das mais importantes para o estudo da sociedade brasileira, a preponderante das quais se refere a uma história contada pelos próprios atores, sem a intermediação do "outro".

41

Nessa zona de lusco-fusco, uma inovação de fato se opera no capítulo concernente às discussões sobre o esgotamento de modelos teóricos ou metodológicos, que fazem parte da rotina acadêmica, e que, nos últimos tempos, vê-se colocada diante do fim da realidade unilinear. Como regra geral, o retorno da narrativa nas ciências sociais e a ênfase conferida a narradores populares remetem à questão dos grandes modelos de análise, assim como do privilégio dado tradicionalmente a escalas macrológicas e ao tratamento quantitativo dos dados. O progresso e o avanço do conhecimento científico, concebidos como metas a atingir por meio de uma tecnologia de ponta, esbarram na existência da extrema diversidade humana. As estratégias políticas adotadas para governar ou administrar o pluralismo cultural, sob uma crescente influência da globalização, têm gerado

reflexões com relação às dimensões pluralistas da cultura. As lutas conduzidas por indígenas e negros definem hoje como legítimas as suas culturas, assim como estimulam o respeito e a admiração por suas identidades, como indivíduos e como povos. As raças são tomadas pelo “delírio da modernidade” como um conceito para reduzir o corpo e o ser vivo a uma questão de aparência, atribuindo à cor o estatuto de uma ficção biológica. Desse modo, a raça foi designada pelos mundos euro-americano para funcionar como uma categoria originária, que, através de séculos, “terá sido a causa de devastações físicas inauditas e de incalculáveis crimes e carnificinas” (MBEMBE, 2017, p. 11).

### **A DIVERSIDADE DE ENFOQUES E A EXAUSTÃO de modelos tradicionais**

*O Discurso do Método*, de René Descartes, ao propor a dúvida como base do método científico, inovou os procedimentos até então adotados pelos “homens do saber”, baseados na autoridade dos autores clássicos da Antiguidade greco-romana e nos doutores da Igreja.

O mundo digital da atualidade necessita de inovações semelhantes, isto é, de inovações que abalem as estruturas do saber produzido nos grandes centros mundiais, criando modelos analíticos que se liguem à realidade latino-americana e à brasileira, em particular. O conceito de realidade virtual deve atender a demandas de multidões de excluídos do universo em rede, pelo poder de um imperialismo econômico, que se apresenta como via única na atualidade. Nesse sentido, a pesquisa acadêmica, legitimada com uma poderosa ferramenta para o avanço do saber e do desenvolvimento humano, deve ser necessariamente democrática e inclusiva, atendendo a necessidades da humanidade situada em zonas periféricas das regiões em que bate o coração do capitalismo financeiro. O campo das inovações nas Ciências Humanas vem incluindo, de forma cada vez mais vigorosa, um escrutínio crítico sobre o uso e o alcance sociológico do equipamento digital, de alta precisão, posto à disposição do homem. As Ciências Humanas têm sentido, cada vez mais a necessidade de investigar o longo caminho da incorporação de novas técnicas, balizado historicamente por confrontos entre povos, nações e classes sociais, às práticas sociais. Nesse caminho, os conceitos de classe, identidade, nação e fronteiras apresentam-se singularmente atingidos pela marcha da ciência. Algumas das conclusões de estudos mais preocupados com o homem do que com as matemáticas sociais já podem ser anunciadas. Assim, as inovações

técnicas sugeridas como um *fiat lux* universal são vistas na aproximação inquietante que apresentam com esquemas tradicionais de colonização, em um processo insidioso e eficaz, que faz com que os "colonizados" se sintam confortáveis em sua situação.

A bandeira clássica de civilizar "povos primitivos", europeia e cristã, é renovada pela promessa de compartilhar a tecnologia digital com toda a humanidade. Promessa obviamente inalcançável para os deserdados da Terra, mas que, ao se apresentar como igualitária e "cidadã", remete a culpa da exclusão aos próprios excluídos. Essa reflexão não é de caráter iconoclasta, que objetive a destruição da tecnologia; pelo contrário, é um pensamento que vê a técnica como uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento humano, a ser utilizada de acordo com parâmetros éticos da ciência e da sociedade. O ceticismo metódico e a dúvida cartesiana mereceriam ser renovados por modelos analíticos que refletissem sobre as novidades tecnológicas (as "inovações") que prometem uma utopia que vem, ao mesmo tempo, integrada a uma distopia: no modelo utópico ficam as classes do lazer, que se conectam ao universo em rede e imergem no "ócio produtivo"; no segundo, as classes do trabalho, fadadas ao desemprego e à miséria. A posição revolucionária assumida há trezentos anos por Descartes contra os saberes subjugados à autoridade civil ou à eclesiástica espelha-se na produção do conhecimento atual, por meio de trabalhos que rechaçam a visão unilinear de uma civilização ocidental, cujo núcleo acompanhou o deslocamento do coração do capitalismo da Europa para os Estados Unidos. No quadro planetário assim esboçado, a fronteira surge como conceito chave, pois se trata de demarcar zonas de controle, no mundo e na academia. A ambivalência da fronteira é destacada por numerosos autores, desde a sua gênese, como o faz Fernando Operé, ao observar que a multiplicidade dos primeiros homens, em pouco tempo tornou-se tão extensa, que eles deixaram de se entender, uma vez que as suas línguas eram diferentes entre si e não possuíam códigos comuns passíveis de serem compartilhados por todos. A Torre de Babel, imaginada como um suporte que salvaria os homens de um extermínio futuro foi uma lenda que apresentou uma solução impossível de alcançar. Assim, as línguas transformaram-se em fronteiras, com códigos específicos decorrentes de "crenças, preconceitos e símbolos nacionais, construções tão necessárias como artificiais". A diversidade constrói fronteiras, assim como as fronteiras criam a diversidade, configurando um movimento de dupla mão, a comprovar continuamente que as fronteiras e as sociedades não são estáticas e estão sempre se reformulando (OPERÉ, 2016, pp. 8-9).

A exaustão de modelos teóricos fundamentais ocorreu no campo das filosofias da história e das concepções macrossociológicas, que reduziram o indivíduo a categorias abstratas de extremas amplitudes. No século XIX, desenvolveram-se filosofias que tentavam dar um sentido à história, fortemente influenciadas pelas revoluções do século anterior. De certo modo, Marx, ao criar o materialismo histórico como o resultado da ligação entre uma teoria científica e uma prática revolucionária, permanece no âmbito da filosofia ao considerar que a evolução da humanidade está orientada para um fim. O mecanicismo e o finalismo dos modelos filosóficos foram analisados criticamente pelos historiadores da Escola Metódica e a dos Annales, os quais concordaram em rejeitar a possibilidade de se submeter a complexidade do real a um esquema rígido de explicação. Não obstante, subsistiram os prolongamentos do pensamento marxista, como nas teorias expressas por Georg Lukács em *História e Consciência de Classe* (BOURDÉ & MARTIN, 1983, p. 44). Sobre esse tema, Hobsbawm nota que, decorrido um século da morte de Marx, tornou-se óbvio que o marxismo decaía política e intelectualmente e que essa queda continuaria por mais 25 anos. Porém, sinais de sua recuperação começaram a se delinear para estudiosos do mundo dos negócios, que relembrou as previsões que Marx fizera sobre a globalização incontrolável da economia capitalista. Ao mesmo tempo, ocorreu a descoberta sobre o desenvolvimento, também incontrolável, da capacidade humana em produzir bens, processo que, em lugar de corresponder à teoria da evolução marxista que previa um futuro melhor, preparava o caminho para uma futura catástrofe ambiental. Um fenômeno mais difuso acompanhou a exaustão dos modelos clássicos de interpretação da sociedade, configurado pelo abandono das ideologias de mudança social e pela adesão a incentivos alternativos para o ativismo social, como as lutas em defesa de minorias, do meio ambiente e dos animais. Embora as mudanças intelectuais da segunda metade do século XX tenham se afastado das análises, programas e previsões políticas de Marx, a análise marxiana básica sobre o desenvolvimento e o *modus operandi* do capitalismo continua válida (HOBSBAWM, 2011, p. 346).

Os modelos analíticos apresentam-se cada vez mais flexíveis, opondo-se à dicotomia clássica que os classificava em categorias opostas: quantitativo versus qualitativo; positivismo versus interpretação; análise versus narrativa; realismo versus construtivismo; estrutura social versus cultura; nível individual versus nível emergente; conhecimento transcendente versus conhecimento objetivo. A interligação dessas categorias nos tempos atuais substitui a oposição binária

clássica, identificando o caráter intersticial das ciências, proposto por Abbot (ABBOTT, 2001, p. 28). É nesses interstícios, situados nos buracos entre as formas unilineares do conhecimento, que se situam as grandes inovações epistemológicas e teóricas, que incluem nelas a tecnologia.

A sociedade da informação de nossos dias tem transformado paradigmas e apresentado conquistas excepcionais no campo material, com o apoio de novas técnicas, mas os problemas de base perduram. Desse prisma, podemos observar que os intensos fenômenos socioeconômicos decorrentes da internacionalização da economia mundial afetaram os países situados na periferia do capitalismo e as culturas não ocidentalizadas. A mundialização da atividade produtiva modificou em profundidade o papel dos Estados nacionais e os paradigmas do mercado de trabalho, criando aspectos paradoxais entre o Direito Internacional e o fato de o capitalismo global ter-se apossado por completo dos destinos da tecnologia, orientando-a exclusivamente para a criação de valor econômico. Nesse panorama de globalização/mundialização, os padrões gerais de acumulação estão sendo comandados pela liderança tecnológica. A técnica assumiu uma autonomia perigosa frente aos epistemes éticos e valores morais, assumidos pela humanidade no decorrer de sua história. Como consequência desastrosa dessa situação, há a concentração acelerada de renda, exclusões sociais e desemprego, em um mundo marcado pelo desequilíbrio ecológico, além de subsistir sob o risco de manipulação genética, podendo implicar até mesmo a redução da dinâmica de acumulação capitalista, por conta de uma eventual crise de demanda (DUPAS, 2001, p. 434).

A diversidade das abordagens da realidade brasileira, especialmente em sua bioeconomia, indica que estudos que focalizem temáticas africanas e indígenas são fundamentais para que a compreensão histórico-social se estenda, acolhendo novas versões que possam se opor ao modelo da utopia/distopia global. A questão referente à garantia de sobrevivência de sociedades alternativas na sociedade mundializada e globalizada de nossos dias é respondida por Descola quando declara que esses processos não significam, necessariamente, uma uniformização dos modos de vida. Essa uniformização, no caso de acontecer, provocaria reações de defesa que viriam a realçar o caráter distintivo que cada sociedade ou grupo considera ser a marca de sua identidade. Tal processo implicaria um duplo movimento: uma tendência à unificação tanto das técnicas como das maneiras de pensar, o que provocaria movimentos de reação ou de defesa, que acabariam por realçar as diferenças. Não é preciso, segundo Descola, ver a mundialização como

uma ocidentalização generalizada: as culturas sobreviveriam a esse processo, embora aderindo a alguns de seus aspectos materiais (DESCOLA, 2016, p. 50).

Os modelos teóricos existentes explicaram o tempo em que foram formulados, no qual a exploração da mão de obra humana estava submetida a contestações devastadoras, provenientes das jornadas revolucionárias do século XVIII. Do socialismo utópico à *Rerum novarum*, do anarquismo à dialética marxista, pensava-se sobre a amenização ou o fim das desigualdades sociais em todo o mundo. Portanto, tratava-se de um pensamento que se queria universal, pela união dos trabalhadores do mundo todo em uma luta contra a burguesia, que se apresentava igualmente unida em torno do liberalismo econômico. Objetivos e estratégias dessa luta, entretanto, variavam dramaticamente. A revolução seria sangrenta para anarquistas e socialistas, que viam na desigualdade social entre burgueses e proletários um obstáculo a eliminar. Para os liberais, a luta deveria ser substituída pela “solidariedade de classes” ou pela união pacífica entre capital e trabalho.

Como podemos ver, há concordâncias entre o que se passou na realidade histórica do passado e o que se passa nos dias atuais. Mas as dissonâncias são profundas e o modelo analítico adequado para o entendimento da globalização/mundialização é necessariamente trans/interdisciplinar, incluindo nele a filogênese histórica como eixo fundamental.

O núcleo das informações que a história nos oferece é essencial para que compreendamos um dos problemas mais letais que o capitalismo tecnológico traz em seu bojo, que é a perda do valor de mercado do homem, válida para a terça parte da população mundial. Esse problema merece concentrar as atenções dos cientistas sociais, pois é ele que explica grande parte dos dramas contemporâneos, como o desemprego, a situação dos refugiados e emigrados, a exaltação de correntes da extrema direita e a sua chegada ao poder em numerosos países, a degradação do meio ambiente, o aquecimento global. Trata-se de fenômenos e de circunstâncias que explicam a exaustão dos modelos tradicionais de análise, uma vez que são “inovações” na história. Por esse motivo, esse tema tem sido estudado a partir de uma linha interpretativa filogenética, perfilhada nesta reflexão.

## CONCLUSÕES

Como metáfora à Torre de Babel, poderíamos pensar que essa lenda representaria, às avessas, a linguagem digital: comum a todos, ela torna os diálogos impossíveis, uma vez que fortalece as fronteiras entre aqueles que detêm o capital tecnológico e aqueles que, desprovidos desse capital, não têm acesso ao universo em rede e ao trabalho. Nesse sentido, a reificação das relações de produção, como um fenômeno visto por Marx como consequência de a Revolução Industrial ter alienado o trabalhador do resultado de seu trabalho, que passou a ser vendido como uma mercadoria qualquer, apresenta-se no seu nível mais extremo na atualidade. O homem, desprovido da técnica, perdeu o seu valor de mercado; não é mais uma “coisa”, mas uma “não coisa”. Esse dado inquietante e novo na história da exploração do homem pelo homem explica as levas de imigrantes atirados ao mar e o levantamento de fronteiras materiais, jurídicas e culturais que relegam um terço da humanidade a uma escória, da qual o mundo desenvolvido se quer livrar. Qualquer exercício de síntese sobre o mundo em rede e os conceitos que dividem a humanidade não mais em classes, mas em categorias classificadas pelo acesso que têm (os "nativos digitais") ou não (os "imigrantes") ao computador está sujeito evidentemente às controvérsias que marcaram no passado e marcam no presente as pesquisas sobre assuntos polêmicos, especialmente quando tratam de problemas da contemporaneidade, que relacionam a prática social à teoria científica.

47

A Torre de Babel, por outro lado, alastrou-se à área do conhecimento mais geral e às universidades brasileiras, por meio de um equívoco nefasto ligado à ideia de que as ciências humanas não são ciência, mas informações descartáveis que não contribuiriam em nada para o desenvolvimento humano e o progresso da nação brasileira. Nessa linha, as universidades públicas seriam instituições marcadas pela balbúrdia (uma imagem que remete à Torre de Babel). Com efeito, trata-se de um retrocesso na história do homem na Terra, pois as grandes inovações foram decorrências diretas das humanidades e foi nelas que a universidade nasceu. A esse respeito, Zeferino Vaz concebe ser incompreensível o debate que ele observou (e que hoje se renova), pelo qual universidades humanistas e técnicas ou científicas são postas em posições antagônicas. Incompreensível, por ser um conceito antiético e por ir de encontro frontal com a própria concepção de universidade, que significa unidade na universalidade dos conhecimentos humanos, isto é, a crença na existência de um denominador comum, um sentido direcional único, em todas as atividades humanas. Nesse contexto, as técnicas devem ser vistas como subordinadas “ao bem-estar do homem, e não o homem subordinado à técnica” (VAZ, *apud*: ATVARS, 2019, p. A2).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBOTT, Andrew Delano. *Chaos of disciplines*. Chicago: The University Chicago Press, 2001.

ATVARS, Teresa Dib Zambon. Sobre balbúrdias, filosofia e universidades públicas. *O Estado de São Paulo*, 13/5/2019. Disponível: <https://opinioao.estadao.com.br/noticias/espaco-aberto,sobre-balburdias-filosofia-e-universidades-publicas,70002826167>. Acesso: 20/02/2020.

BAILLE, Suzanne, BRAUDEL, Ferdinand. & PHILIPPE, Robert. *Le Monde Actuel. Histoire et civilisations*. Paris: Librairie Classique Eugène Belin, [s.d.].

BOURDÉ, Guy e MARTIN, Hervé. *As escolas históricas*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1983.

DESCOLA, Philippe. L'anthropologie de la nature. Aula inaugural da cátedra de L'anthropologie de la nature, pronunciada por Philippe Descola no Collège de France. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 57e. année, n.º 1. Paris: jan. fev. 2002.

\_\_\_\_\_. *Outras Naturezas, outras Culturas*. São Paulo: Editora 34, 2016.

DUPAS, Gilberto. Os grandes desafios da economia globalizada. *Brasil: um século de transformações*. Organização Ignacy Sachs, Jorge Wilhelm e Paulo Sérgio Pinheiro. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

GODECHOT, Jacques. Les Révolutions. *Encyclopédie de la Pléiade. Histoire Universelle III. De la Réforme à nos jours*. Paris: Éditions Gallimard, 1958.

GRUZINSKI, Serge. *As quatro partes do mundo: história de uma mundialização*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Edusp, 2014.

HOBSBAWM, Eric J. *Mundos do Trabalho*, São Paulo: Editora Paz e Terra, 3ª Edição, 2000.

\_\_\_\_\_. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. *Como mudar o mundo: Marx e o marxismo, 1840-2011*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

\_\_\_\_\_. *Tempos fraturados. Cultura e Sociedade no Século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. 2ª Edição. Lisboa: Antígona Editores Refractários, 2017.

Artigo Recebido em: 22 de fevereiro de 2021.

Artigo Aprovado em: 18 de junho de 2021.

